

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

CONTRATOS

Considere que um indivíduo tenha contratado com sua esposa a venda, pelo preço de R\$ 50,00, de um carro raro que ele tenha herdado do pai, tendo sido estabelecida a condição de que ela poderia experimentar o objeto pelo prazo de cinco dias, dentro do qual, caso não se sentisse satisfeita, poderia devolvê-lo. Nessa situação hipotética,

- A) o contrato é ineficaz pois foi realizado entre cônjuges.
- ~~B) o preço ínfimo estabelecido afeta a natureza do negócio.~~
- C) o contrato é viciado porque condiciona o recebimento da coisa a condição potestativa.
- D) a compradora detém direito real sobre o bem a partir do consenso entre as partes.
- E) a venda é nula porque ocorreu entre pessoas casadas.

CESPE/UNB – TRF 3 / 2011

CONTRATOS

Supondo que uma pessoa adquira de determinada empresa de transporte passagem para viajar do Rio de Janeiro a São Paulo, fazendo uso de programa de milhagem oferecido por outra empresa, conveniada à primeira, assinale a opção correta.

- ☒ A) Sendo a gratuidade, na hipótese, apenas aparente, caracteriza-se o contrato de transporte típico.
- ☐ B) Por ser gratuito, o contrato descrito não se caracteriza como de transporte.
- ☐ C) Configura-se o negócio descrito como contrato de transporte se entre as partes for firmado instrumento.
- ☐ D) Trata-se de simples contrato de prestação de serviços, porque o transporte, no caso, é cumulativo.
- ☐ E) Não existe contrato na situação descrita, mas simples ato jurídico não negocial.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

CONTRATOS

A respeito da transação, da empreitada, do mandato, da doação e da prestação de serviços, assinale a opção correta.

- A) De acordo com o Código Civil, o contrato de prestação de serviço não finda em razão da morte de uma das partes.
- ~~B)~~ Para a reogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de se revestirem objetivamente dessa característica, sejam graves.
- C) A transação realizada por instrumento público no curso do processo só valerá após a homologação do juiz.
- D) Na empreitada global, o dono da obra será responsabilizado se provada a sua culpa quanto a danos causados a prédio vizinho.
- E) É válida a constituição de mandatário, por instrumento particular, para renunciar à herança do mandante.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2013

CONTRATOS

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção **correta** em relação aos contratos em espécie.

A) No âmbito dos contratos de alienação fiduciária, é possível ao credor promover, concomitantemente, ação de busca e apreensão do bem e processo de execução da nota promissória dada em garantia ao cumprimento do referido contrato.

B) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges acarreta a invalidade, e não a ineficácia, da garantia.

C) Considere que um dos sócios de determinada sociedade empresária, pretendendo retirar-se da sociedade e exonerar-se da condição de fiador de determinado negócio jurídico celebrado pela empresa, tenha cedido integralmente suas cotas sociais aos demais sócios, conforme previsto no contrato social. Nessa situação, esse sócio poderia livrar-se da condição de fiador apenas procedendo à notificação extrajudicial do credor.

~~D) A cláusula inserta em contrato de seguro que autorize a seguradora de veículos, nos casos de perda ou furto do bem, a indenizar o segurado pelo valor de mercado do bem na data do sinistro, por si só, não é abusiva.~~

E) Em contrato de financiamento de automóvel garantido por alienação fiduciária, é inválida a notificação extrajudicial, por cartório de títulos e documentos de comarca diversa daquela em que o devedor é domiciliado, efetivada por via postal no seu endereço.

CESPE / UNB – TRF 2 / 2011

RESPONSABILIDADE

No que se refere ao dano moral, assinale a opção correta.

- A) O inadimplemento contratual está fora do âmbito da indenização por danos morais.
- ~~B)~~ A gravidade do dano deve ser medida por padrão objetivo e em função da tutela do direito.
- C) De acordo com o STJ, o dano estético insere-se na categoria de dano moral e não é passível de indenização em separado.
- D) A capacidade econômica da vítima não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.
- E) De acordo com o STJ, a absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2011

RESPONSABILIDADE

Com relação à responsabilidade do empregador, assinale a opção correta.

- A) Para que seja indenizada pelo dano, é imprescindível que a vítima faça prova da relação de preposição.
- B) Para responsabilização do empregador, não basta que o dano tenha sido causado em razão do trabalho.
- ☒ C) O empregador é responsável pelos atos do preposto, ainda que a relação não tenha caráter oneroso.
- D) Em relações regidas pelo Código Civil, ainda que o empregado não tenha atuado com culpa, o empregador será objetivamente responsável pelo dano por ele causado.
- E) A aparente competência do preposto não se presta para acarretar a responsabilidade do comitente.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2011

RESPONSABILIDADE

A respeito do abuso de direito, assinale a opção correta.

- A) O venire contra factum proprium não se configura ante comportamento omissivo.
- ☒ B) A supressio pode coexistir com os prazos legais da decadência.
- C) Na surrectio, o exercício continuado de uma situação jurídica implica nova fonte de direito subjetivo, desde que não contrarie o ordenamento.
- D) A configuração do abuso de direito exige o elemento subjetivo.
- E) De acordo com o STJ, a teoria dos atos próprios não se aplica ao poder público.

No que se refere à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- ☒ A) A jurisprudência do STJ tem afastado a caracterização de assalto ocorrido em estabelecimentos bancários como caso fortuito ou força maior, mantendo o dever de indenizar da instituição bancária, já que a segurança é essencial ao serviço prestado.
- B) É devida indenização por lucros cessantes aos dependentes, considerando-se a vida provável do falecido do qual dependam. Segundo a jurisprudência do STJ, a longevidade provável da vítima, para efeito de fixação do tempo de pensionamento, pode ser apurada, no caso concreto, por critério fixado livremente pelo próprio julgador.
- C) O início do prazo para a fluência dos juros de mora, nos casos de condenação a indenização por dano moral decorrente de responsabilidade extracontratual, ocorre na data do ajuizamento da ação.
- D) Quanto à sua origem, a responsabilidade civil pode ser classificada em contratual ou negocial e extracontratual ou aquiliana. Esse modelo binário de responsabilidades, embora consagrado de modo unânime pela doutrina e pela jurisprudência pátria, não está expressamente previsto no Código Civil, ao contrário do que ocorre no CDC.
- E) Com base no Código Civil brasileiro, o abuso de direito pode ser conceituado como ato jurídico de objeto lícito, mas cujo exercício, levado a efeito sem a devida regularidade, acarreta um resultado ilícito. Na codificação atual, portanto, não foi mantida a concepção tridimensional do direito de Miguel Reale, segundo o qual o direito é fato, valor e norma.

CESPE / UNB – TRF 1 / 2011

RESPONSABILIDADE

Considerando a responsabilidade civil pelo fato da coisa, assinale a opção correta.

- A) Dono de veículo emprestado somente será responsabilizado por fato culposo do comodatário se ficar provada a negligência ao confiar a coisa a terceiro, conforme entendimento do STJ.
- ~~B)~~ Após aceitação de obra de pequeno porte, não haverá responsabilidade solidária entre o dono do prédio e o empreiteiro na reparação de danos causados por sua ruína.
- C) Será responsável por reparar dano causado a veículo de terceiro, caso não seja encontrado o motorista causador do dano, a pessoa em cujo nome o veículo envolvido no acidente estiver registrado no órgão competente.
- D) Conforme entendimento do STJ, em nenhuma hipótese deve-se responsabilizar o detentor de animal que cause dano a terceiro.
- E) Ainda que locado o imóvel, ao proprietário caberá a guarda jurídica da coisa.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2013

REAIS

Acerca dos direitos possessórios, assinale a opção correta.

- A) Segundo a jurisprudência do STJ, não é possível a posse de bem público, constituindo a sua ocupação sem aquiescência formal do titular do domínio mera detenção de natureza precária. Apesar disso, resguarda-se o direito de retenção por benfeitorias em caso de boa-fé do ocupante.
- B) Considere que dois irmãos tenham a posse de uma fazenda e que ambos a exerçam sobre todo o imóvel, nele produzindo hortaliças. Nesse caso, há a denominada composses pro diviso.
- C) Na aferição da posse de boa-fé ou de má-fé, utiliza-se como critério a boa fé subjetiva, assim como ocorre em relação à posse justa ou injusta.
- ☒ D) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- E) Considera-se possuidor, para todos os efeitos legais, somente as pessoas físicas e naturais, excluindo-se, portanto, os entes despersonalizados, como, por exemplo, a massa falida.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

REAIS

A respeito da propriedade fiduciária, disciplinada no Código Civil, assinale a opção correta.

- A) Qualquer bem móvel por natureza, durável e consumível, pode ser objeto do contrato de alienação fiduciária.
- B) O devedor fiduciante pode valer-se das ações possessórias contra terceiros, mas não manejá-las contra o credor fiduciário em razão de ser eventual o direito.
- C) Não há óbice à efetivação da penhora do bem alienado fiduciariamente por dívidas do devedor fiduciante.
- D) O credor fiduciário se transformará em proprietário do bem em caso de inadimplemento absoluto da dívida.
- ~~E)~~ Ao terceiro não interessado que pagar a dívida garantida é permitido sub-rogar-se no crédito, tendo os privilégios do credor originário.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

REAIS

A respeito da superfície, servidões, usufruto, penhor e hipoteca, assinale a opção correta.
A) O direito subjetivo integra o patrimônio do superficiário, podendo este transferir o direito de superfície a terceiro por negócio jurídico; no entanto, não haverá a *saisine* em favor dos herdeiros quando do seu falecimento.

B) A servidão de passagem, direito real que surge em razão da necessidade/utilidade de trânsito através de determinado imóvel, por constituir forma de proteção à função social da propriedade, embora se presuma, deve ser interpretada restritivamente.

C) O proprietário resolúvel pode conceder o bem em hipoteca, não lhe sendo vedado onerar a coisa; no entanto, verificado o evento futuro e incerto, o ônus real subsistirá, gravando-se a coisa.

~~D)~~ No intuito de assegurar o cumprimento da função social da propriedade gravada, o Código Civil, sem prever prazo determinado, autoriza a extinção do usufruto pelo não uso ou pela não fruição do bem sobre o qual ele recai.

E) O valor do crédito e o bem dado em garantia com as suas especificações constituem elementos nucleares do contrato de penhor, de forma que, faltando um deles, a validade do pacto estará comprometida.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2013

REAIS

Em relação ao direito de propriedade, assinale a opção correta.

- A) Segundo a jurisprudência do STJ, é possível a usucapião de bem móvel em contrato de alienação fiduciária em garantia quando a aquisição da posse por terceiro ocorre sem o consentimento do credor, desde que preenchidos os pressupostos legais.
- ☒ B) O Código Civil de 2002 introduziu instituto jurídico inédito ao prever que o proprietário poderá ser privado de coisa imóvel, desde que constitua área extensa e esteja na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas que tenham nela realizado obras e serviços considerados pelo juiz de relevante interesse social e econômico.
- C) A propriedade pode ser resolvida pelo implemento da condição ou pelo advento de termo. Assim, no caso de doação com cláusula de reversão, como regra geral, a resolução da propriedade tem efeitos ex nunc.
- D) Em qualquer das hipóteses de usucapião previstas no Código Civil, exige-se a posse de boa-fé e justo título.
- E) A escritura pública é suficiente para a aquisição da propriedade imobiliária, sendo uma formalidade situada no plano de validade dos contratos de constituição ou transmissão de bens.

CESPE / UNB – TRF 1 / 2011

REAIS

Assinale a opção correta a respeito da hipoteca.

- ☒ A) A hipoteca pode ser transmitida por atos inter vivos ou por causa mortis.
- B) A divisibilidade da dívida contraída reflete na hipoteca, não havendo disposição contrária.
- C) A hipoteca poderá envolver bens futuros.
- D) A especialização da hipoteca não pode ser renovada.
- E) Não pode ser fixado o valor do bem dado em hipoteca.